

TREVO BANORTE SEGUROS

Grupo Caixa Geral de Depósitos

Trevo Banorte Seguradora SA

CNPJ nº 33.057.423/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Submetemos a apreciação de V. Sas as demonstrações financeiras da Trevo Banorte Seguradora S.A., relativas ao primeiro semestre de 1999.

Desempenho Operacional

Resultados

A Cia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 1.843 mil, o que corresponde a uma rentabilidade de 9,28% aa. sobre o Patrimônio Líquido de R\$ 39.727 mil.

Produção de Seguros

A Trevo Banorte Seguradora, auferiu prêmios no montante de R\$ 48.800 mil, apresentando um crescimento de 4,36% sobre igual período do ano anterior.

Sinistros

Os sinistros retidos totalizaram R\$ 34.886 mil com um crescimento de 23% sobre o primeiro semestre de 1998. O índice de sinistralidade apurado foi de 66,9% (63,8% em junho/98). Crescimento real abaixo dos índices verificados no mercado, em igual período.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas somaram R\$ 9.751 mil, representando uma redução de 6,76% sobre igual período do exercício anterior. Em termos reais, esta redução teria sido maior se considerarmos o

Recife, 20 de agosto de 1999

A DIRETORIA

elevado aumento da carga tributária verificada a partir de fev/99 com a introdução da cobrança da COFINS, o que representou um acréscimo de R\$ 1.549 mil na rubrica de despesas com tributos (nota 16).

Despesas de comercialização

As despesas de comercialização totalizaram R\$ 13.195 mil (R\$ 11.416 mil em junho/98). Percentualmente verificou-se uma pequena redução nas despesas em relação ao Prêmio Ganho.

BUG DO MILÊNIO

O processo de certificação das empresas do Sistema Financeiro Bandeirantes, do qual a Trevo Banorte Seguradora é parte, contempla testes dos sistemas com datas envelhecidas, os quais encontram-se em fase final. Os resultados têm sido satisfatórios, atestando a qualidade do trabalho de conversão, concluindo em 1998. Está em andamento a revisão do plano de Contingência, sob a ótica do "BUG" do milênio, com conclusão estipulada pela SUSEP, para 30 de setembro de 1999.

Agradecimentos

Agradecemos ao Senhores Acionistas, Clientes e Autoridades do Mercado, pela confiança e apoio dispensado. Aos funcionários e colaboradores, expressamos nossos reconhecimento pelo empenho e pelo resultado alcançado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (Em milhares de reais)

	1999	1998		1999	1998
A T I V O			P A S S I V O		
CIRCULANTE	96.226	84.378	PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS	46.496	45.167
Disponível	178	77	Provisões de prêmios não ganhos	45.514	43.662
Caixa e bancos	178	77	Provisões de riscos decorridos	259	189
Aplicações	50.120	38.484	Provisões matemáticas	581	774
Títulos de renda fixa - privados	207	16.566	Outras provisões	142	542
Títulos de renda fixa - públicos	44.614	15.230	CIRCULANTE	23.965	27.778
Títulos de renda variável	-	2.072	Provisões comprometidas	13.564	11.915
Outras aplicações	5.299	5.107	Sinistros a liquidar	11.880	11.246
(-) Provisão para desvalorização	-	(491)	Benefícios a liquidar	366	347
Créditos de operações com seguros	17.650	20.209	Provisão para sinistros não avisados - IBNR/DPVAT	1.318	322
Prêmios emitidos	14.163	18.004	Débitos de operações com seguros	3.188	4.464
Seguradoras	749	813	Seguradoras	4	12
IRB - Brasil Resseguros S.A.	230	366	IRB - Brasil Resseguros S.A.	466	606
Outros créditos	3.099	1.817	Comissões sobre prêmios emitidos	2.706	3.772
(-) Provisão para créditos duvidosos	(591)	(791)	Outros débitos	12	74
Títulos e créditos a receber	7.796	6.171	Débitos diversos a pagar	4.952	10.611
Títulos e créditos	964	464	Obrigações a pagar	3.374	5.082
Créditos tributários	6.832	5.707	Impostos e encargos sociais a recolher	1.080	2.157
Outros valores e bens	2.028	2.758	Provisões trabalhistas	498	821
Despesas antecipadas	-	35	Empréstimos e financiamentos	-	2.551
Despesas de comercialização diferidas	18.454	16.644	Provisões para tributos	1.352	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.454	5.741	Imposto de renda	1.015	-
Depósitos especiais no IRB	789	672	Outros	337	-
Depósitos judiciais	3.037	3.441	Depósitos de terceiros	909	788
Títulos e créditos a receber	1.628	1.628	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.369	3.312
PERMANENTE	12.877	16.584	Provisões para tributos	2.805	2.386
Investimentos	1.008	1.586	Provisões trabalhistas	1.564	926
Participação no IRB	645	464	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.727	30.446
Outros	1.177	1.122	Capital social - nacional	15.000	15.000
(-) Provisão para desvalorização	(814)	-	Aumento de capital em aprovação	7.433	-
Imobilizado	9.663	11.512	Reserva de capital	337	337
Imóveis	14.814	17.211	Reserva de reavaliação	2.855	3.569
Bens móveis	2.447	2.003	Reservas de lucros	1.594	1.423
Outros	106	99	Lucros acumulados	12.508	10.117
(-) Depreciação	(7.704)	(7.801)			
Diferido	2.206	3.486			
Total do ativo	114.557	106.703	Total do passivo	114.557	106.703

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	1999	1998
PRÊMIOS RETIDOS	45.352	45.654
Prêmios emitidos	48.800	46.761
Prêmios restituídos	(2.867)	(177)
Prêmios de cosseguros cedidos	-	(71)
Prêmios de resseguros cedidos	(581)	(859)
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES DE PRÊMIOS	6.810	(1.230)
PRÊMIOS GANHOS	52.162	44.424
SINISTROS RETIDOS	(34.886)	(28.352)
Sinistros	(37.149)	(32.893)
Recuperação de sinistros	2.998	4.766
Provisão para sinistros não avisados - IBNR/DPVAT	(735)	(225)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(13.195)	(11.416)
Comissões	(9.919)	(10.394)
Recuperações de comissões	64	106
Outras despesas de comercialização	(26)	(588)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(3.314)	(540)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	341	(418)
Rendas de contribuições líquidas	6	(2)
Variações das provisões técnicas	351	(408)
Despesas com benefícios	(16)	(8)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(9.751)	(10.458)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	(2.474)	(368)
RESULTADO FINANCEIRO E PATRIMONIAL	10.560	7.292
Receitas financeiras	10.832	7.236
Despesas financeiras	(516)	(107)
Resultado com imóveis de renda	244	163
RESULTADO OPERACIONAL	2.757	704
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS	(196)	10
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2.561	714
Contribuição social	49	46
Imposto de renda	(767)	154
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	1.843	914
QUANTIDADE DE LOTES DE MIL AÇÕES	196.736	160.000
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	9,37	5,71

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998

(Em milhares de reais)

	1999	1998
ORIGENS DE RECURSOS:		
Lucro líquido do semestre	1.843	914
Depreciações e amortizações	935	948
Lucro líquido ajustado	2.778	1.862
Incentivos fiscais	-	75
Aumento das provisões técnicas	-	1.344
Aumento do exigível a longo prazo	-	702
Alienação de investimentos	1	-
Alienação de itens do imobilizado	1.180	20
Total das origens	3.959	4.003
APLICAÇÕES DE RECURSOS:		
Investimentos	201	79
Imobilizado	26	112
Diferido	89	129
Juros sobre o capital próprio	-	1.458
Redução das provisões técnicas	8.002	-
Redução do exigível a longo prazo	683	-
Aumento do realizável a longo prazo	400	559
Total das aplicações	9.401	2.337
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	(5.442)	1.666
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE:		
Varição do ativo circulante	(8.130)	2.033
Varição do passivo circulante	(2.688)	367
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	(5.442)	1.666

CONTINUA...

TREVO BANORTE SEGUROS

Grupo Caixa Geral de Depósitos

Trevo Banorte Seguradora SA

CNPJ nº 33.057.423/0001-05

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998

(Em milhares de reais)

	Aumento de		Reserva	Reserva de	Reservas de lucros		Lucros	Total
	Capital	capital em			de capital	reavaliação		
	realizado	aprovação						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998	15.000	7.433	337	3.374	1.502	-	10.238	37.884
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(519)	-	-	519	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	1.843	1.843
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	-	92	-	(92)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999	15.000	7.433	337	2.855	1.594	-	12.508	39.727
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997	15.000	-	262	3.653	1.377	2.609	8.014	30.915
Incentivos fiscais	-	-	75	-	-	-	-	75
Realização de lucros	-	-	-	(84)	-	(2.609)	2.693	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	914	914
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	-	46	-	(46)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(1.458)	(1.458)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1998	15.000	-	337	3.569	1.423	-	10.117	30.446

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 1999 E 1998 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Trevo Banorte Seguradora S.A. é uma empresa integrante do Sistema Financeiro Bandeirantes, que tem como objetivo social, principalmente, a comercialização de seguros dos ramos elementares e vida.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são:

a) Resultado das Operações - O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais. Os prêmios de seguros, contabilizados por ocasião da emissão das apólices, são registrados como prêmios emitidos. A receita correspondente é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos e de riscos decorridos, as quais são calculadas com base na retenção líquida dos prêmios emitidos. As comissões e outros custos de angariação também são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices e refletidos no saldo de despesas de comercialização diferidas.

b) Aplicações - As aplicações em títulos de renda fixa estão apresentadas pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundo de investimentos imobiliários são atualizadas de acordo com o valor da cota na data do balanço. Os títulos de renda variável são registrados pelo valor de aquisição, sendo constituídas provisões para desvalorizações quando o valor de mercado é inferior ao contábil.

c) Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo - Demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como reduções dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento em até 12 meses, são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Investimentos - Os investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

e) Imobilizado - Registrado pelo valor de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com exceção dos imóveis, que inclui acréscimos oriundos de reavaliações efetuadas em períodos anteriores, que, em 30 de junho de 1999, totalizavam R\$5.797 (R\$2.855 contabilizados em reserva de reavaliação no patrimônio líquido, deduzidos dos impostos). As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas anuais de 4% para imóveis, 10% para equipamentos, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

f) Diferido - Registrado pelos valores originais, acrescidos de atualização monetária até 31 de dezembro de 1995, amortizado no prazo de cinco anos.

g) Sinistros a Liquidar - A provisão para sinistros a liquidar é calculada por estimativa, com base nos avisos de sinistros recebidos, líquidos de recuperações por consórcios e resseguros cedidos. O Conselho Nacional de Seguros Privados, através da Resolução CNSP nº 18/98, seguindo uma prática do mercado internacional de seguros, determinou que as seguradoras deverão também constituir uma provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Referida Resolução determina que a provisão IBNR seja calculada com base em estudo atuarial, e admite que essa provisão seja constituída gradativamente, sendo no mínimo 50% até 31 de dezembro de 1999, e os 50% restantes até 31 de dezembro de 2000. Em 30 de junho de 1999, a sociedade estava elaborando estudos técnicos atuariais visando determinar sua provisão IBNR, cuja constituição obedecerá as determinações da Resolução nº 18/98.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 8% sobre o resultado apurado até o mês de abril de 1999; para os meses seguintes, esta alíquota foi acrescida de 4%, perfazendo 12%, conforme M.P. nº 1.807/99 e reedições posteriores. O referido adicional estará em vigor até 31 de dezembro de 1999 (18% em 1998). Os montantes registrados em créditos tributários são representados, basicamente, por direitos sobre impostos e contribuições a recuperar.

4. APLICAÇÕES

As aplicações, em 30 de junho de 1999 e 1998, estavam assim representadas:

	1999	1998
Títulos de renda fixa – privados	207	16.566
Certificados de Depósitos Bancários	207	16.544
Recibos de Depósitos Bancários	-	22
Títulos de renda fixa – públicos	44.614	15.230
Letras do Tesouro Nacional	-	14.777
Letras Financeiras do Tesouro	35.887	389
Bônus do Banco Central	-	-
Notas do Tesouro Nacional	8.727	64
Títulos de renda variável	-	2.072
Ações de companhias abertas	-	2.072
Provisão para desvalorização	-	(491)
Outras aplicações	5.299	5.107
Cotas de fundo de investimentos imobiliários	4.587	4.465
Outras	712	642
Total	50.120	38.484

5. OUTROS CRÉDITOS

Em 30 de junho de 1999 e 1998, estavam assim representados:

	1999	1998
Adiantamentos a corretores	1.546	1.601
Sinistros em processamento	459	-
Convênio DPVAT	481	-
Outros	613	216
Total	3.099	1.817

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Referem-se, basicamente, em 30 de junho de 1999 e 1998, a imposto de renda e contribuição social a compensar, como segue:

	1999	1998
Imposto de renda a compensar	1.300	2.204
Contribuição social a compensar	2.023	1.823
Antecipação de imposto de renda	1.780	410
Antecipação de contribuição social	630	288
Créditos tributários de impostos sobre adições temporárias	797	946
Outros	302	36
Total	6.832	5.707

7. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As movimentações das despesas de comercialização diferidas podem ser assim resumidas:

	1999	1998
Saldo inicial	22.641	11.948
Comissões e outras despesas do semestre	6.682	13.716
Ajuste à tarifa referencial	2.326	2.396
Amortizações	(13.195)	(11.416)
Total	18.454	16.644

8. IMOBILIZADO

	1999	1998
Imóveis:		
Terrenos	6.566	7.779
Edificações	8.248	9.432
(-) Depreciações	(5.755)	(6.464)
Subtotal	9.059	10.747
Outras imobilizações de uso:		
Sistema de informática	1.018	977
Veículos	831	431
Móveis e equipamentos	598	595
Outros	106	99
(-) Depreciação acumulada	(1.949)	(1.337)
Subtotal	604	765
Total	9.663	11.512

9. DIFERIDO

Os respectivos saldos, líquidos de amortizações acumuladas, compreendem:

	1999	1998
Gastos em imóveis de terceiros	258	326
Gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas	198	450
Reorganização administrativa e/ou reestruturação e modernização de sistemas operacionais	1.750	2.710
Total	2.206	3.486

10. PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS

As movimentações destas provisões durante os semestres compreenderam:

	1999	1998
Saldo inicial	54.498	43.823
Prêmios emitidos	45.352	45.654
Ajuste à tarifa referencial	2.326	2.396
Prêmios ganhos	(52.162)	(44.424)
Outras movimentações	(3.518)	(2.282)
Total	46.496	45.167

11. PROVISÕES COMPROMETIDAS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 1999 e 1998, a movimentação das respectivas provisões resumem-se como segue:

	1999	1998
Saldo inicial	15.093	13.230
Sinistros avisados, líquidos de recuperações	34.886	28.352
Sinistros pagos	(36.415)	(29.667)
Total	13.564	11.915

12. GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Em 30 de junho de 1999 e 1998, os bens e direitos vinculados à SUSEP, em garantia de provisões técnicas, compõem-se como segue:

	1999	1998
Direitos creditórios por fracionamento de prêmios	12.658	15.221
Depósitos especiais no IRB	789	672
Títulos de renda variável (ações a valor de mercado)	-	2.070
Títulos de renda fixa – privados	-	16.545
Títulos de renda fixa – públicos	43.075	14.523
Cotas de fundo de investimentos imobiliários	3.305	4.464
Imóveis	-	8.130
Outros	-	404
Total	59.827	62.029

TREVO BANORTE SEGUROS

Grupo Caixa Geral de Depósitos

Trevo Banorte Seguradora SA

CNPJ nº 33.057.423/0001-05

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Em 30 de junho de 1999 e 1998, compreendiam:	1999	1998
Dividendos a pagar	8	-
Juros sobre o capital próprio	-	1.240
Provisão para pagamentos a efetuar	503	1.561
Cheques emitidos e não compensados	2.863	2.281
Total	3.374	5.082

14. CONTINGÊNCIAS

A Trevo Banorte Seguradora vem questionando a legalidade de certos impostos e contribuições, bem como respondendo a diversos processos nas esferas trabalhista e cível, para os quais existem depósitos judiciais efetuados, registrados na rubrica "Depósitos judiciais" no realizável a longo prazo. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados nas rubricas "Provisões para tributos" e "Provisões trabalhistas", no exigível a longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. Durante este semestre, utilizando-se a prerrogativa da Lei nº 9779 de 09 de janeiro de 1999, os questionamentos judiciais relacionados ao Programa de Integração Social - PIS, foram liquidados no montante de R\$ 848.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 196.736.025 ações ordinárias, sem valor nominal. O estatuto prevê a distribuição obrigatória de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da lei nº 6.404/76.

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1999	1998
Despesas com pessoal próprio	3.288	5.078
Despesas com serviços de terceiros	1.172	1.579
Despesas com localização e funcionamento	2.279	2.325
Despesas com tributos	2.653	1.104
Despesas com propaganda e publicidade	124	166
Outras despesas administrativas	235	206
Total	9.751	10.458

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	1999	1998
Receitas com recuperação de custos de apólices	3.466	3.252
Receitas com operações de seguros e cosseguros	52	54
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(591)	649
Despesas com inspeção de risco	(942)	(417)
Despesas com convênio DPVAT	(506)	(2.212)
Despesas com operações de seguros	(4.092)	(1.398)
Despesas com operações de resseguros	141	(42)
Despesas com retrocessões	(2)	(254)
Total	(2.474)	(368)

18. RECEITAS FINANCEIRAS

	1999	1998
Receitas com títulos de renda fixa – públicos	5.867	1.243
Receitas com títulos de renda fixa – privados	350	2.646
Receitas com encargos nas operações de seguro	3.517	1.863
Receitas com títulos de renda variável	227	605
Outras	871	879
Total	10.832	7.236

19. DESPESAS FINANCEIRAS

	1999	1998
Despesas com operações de seguros	364	23
Perdas com títulos de renda variável	373	151
Despesas com empréstimos	49	51
Reversão de provisão para desvalorização de títulos	(310)	(205)
Outras	40	87
Total	516	107

20. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

Referem-se, em 30 de junho de 1999 e 1998, a resultados obtidos com alienação de bens.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores registrados como despesas do semestre, conforme segue:

	1999		1998	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Encargos às alíquotas sobre o resultado do semestre	(640)	(204)	(179)	(129)
Efeitos de juros sobre o capital próprio	-	-	365	262
Provisões indedutíveis	(546)	(176)	(438)	(316)
Reversões de provisões	399	128	395	284
Outras	40	108	55	(22)
Dedução de 1/3 da COFINS	(72)	285	-	-
Devido sobre operações do semestre	(819)	141	198	79
Provisões temporárias	52	(92)	(44)	(33)
Total da provisão no resultado	(767)	49	154	46

22. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Os principais ramos de atuação da Sociedade são:

	Prêmios ganhos		Sinistros (%)		Despesas de comercialização (%)	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Automóvel /Rcf	43.502	33.773	68.7	71.1	26.6	27.3
Vida	1.720	1.241	66.4	82.3	18.8	49.1
Outros ramos	6.940	9.410	55.6	35.4	18.7	16.7

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos semestres findos em 30 de junho de 1999 e 1998, não foram realizadas operações com derivativos de instrumentos financeiros.

24. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Sociedade desenvolve suas atividades em conjunto com outras empresas do Sistema Financeiro Bandeirantes, cujas transações foram realizadas a valor, prazo e taxas usuais de mercado. Segue um resumo das principais transações:

	Direitos (Obrigações)		Receitas (Despesas)	
	1999	1998	1999	1998
Disponibilidades	165	36	-	-
Aplicações financeiras	207	945	17	71
Aluguéis a receber	11	1	257	216
Aluguéis a pagar	-	(500)	(300)	(300)
Serviços de processamento de dados	(30)	(67)	(149)	(311)
Prestação de serviços	(256)	(1.074)	(992)	(550)

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O montante dos direitos creditórios decorrentes dos parcelamentos dos prêmios de seguros em atraso, líquidos de cosseguros e resseguros cedidos, totaliza R\$591. (R\$791 em 1998).

b) Para o consórcio DPVAT e categorias 3 e 4 (ônibus e caminhão), são constituídas provisões para fazer face a encargos futuros estimados, IBNR (Sinistros Incorridos e Não Avisados), cujo valor, em 30 de junho de 1999, é de R\$1.318 (1998 R\$ 322 mil).

c) A Trevo Banorte Seguradora é patrocinadora da Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidade sob intervenção que tem por finalidade básica a concessão de renda vitalícia em complemento à aposentadoria paga pela previdência social. No semestre, a Sociedade efetuou contribuições à Fundação no montante de R\$246 (R\$482 em 1998), registrado como despesa administrativa, existindo ainda um adiantamento de R\$1.628 (efetuado no segundo semestre de 1997), a título de antecipação parcial de fundo de retirada para pagamento de resgates, registrado como títulos e créditos a receber no realizável a longo prazo.

DIRETORIA

CARLOS PRIETRO TRAGUELHO - Diretor Superintendente
MARGARETE LINHARES ROSALINO
 Atuária -MIBA – 779

LUIS JOSÉ DE SOUZA - Diretor
ARTHUR MARQUES DO AMARAL FILHO
 Contador - 1RJ050124/T-6-SP-S-PE

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Trevo Banorte Seguradora S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da TREVO BANORTE SEGURADORA S.A. em 30 de junho de 1999 e 1998, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Conforme descrito na Nota 3.g, a Sociedade optou por constituir a Provisão para Sinistros Ocultos e Não Avisados (IBNR) de conformidade com a Resolução CNSP nº 18/98, não tendo sido

registrada a Provisão em 30 de junho de 1999. Caso tivesse sido quantificada e constituída essa Provisão, o patrimônio líquido e o resultado do semestre estariam diminuídos pelo montante correspondente.

(4) Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do assunto comentado no parágrafo (3), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trevo Banorte Seguradora S.A. em 30 de junho de 1999 e 1998, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos para os semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

Recife, 20 de agosto de 1999

ARTHUR ANDERSEN

ARTHUR ANDERSEN S/C
 CRC 25P/0123/O-1
 Sebastião de Paula Nogueira
 Sócio-Diretor Responsável
 Contador - CRC RJ026366/T-35P